

PRODER

Agricultura recebe 75 milhões até final do ano

São já 1.000, as candidaturas de jovens agricultores

Filipe Paiva Cardoso
filipe.cardoso@mediainfin.pt

A agricultura portuguesa vai receber até ao final do ano mais 75 milhões de euros do Programa de Desenvolvimento Rural (Proder) para medidas agro-ambientais, valor que se junta aos 280 milhões de euros já pagos à agricultura ao longo do corrente ano.

Os números foram avançados ao **Negócios** por Carlos Guerra na passada sexta-feira, à margem da sua tomada

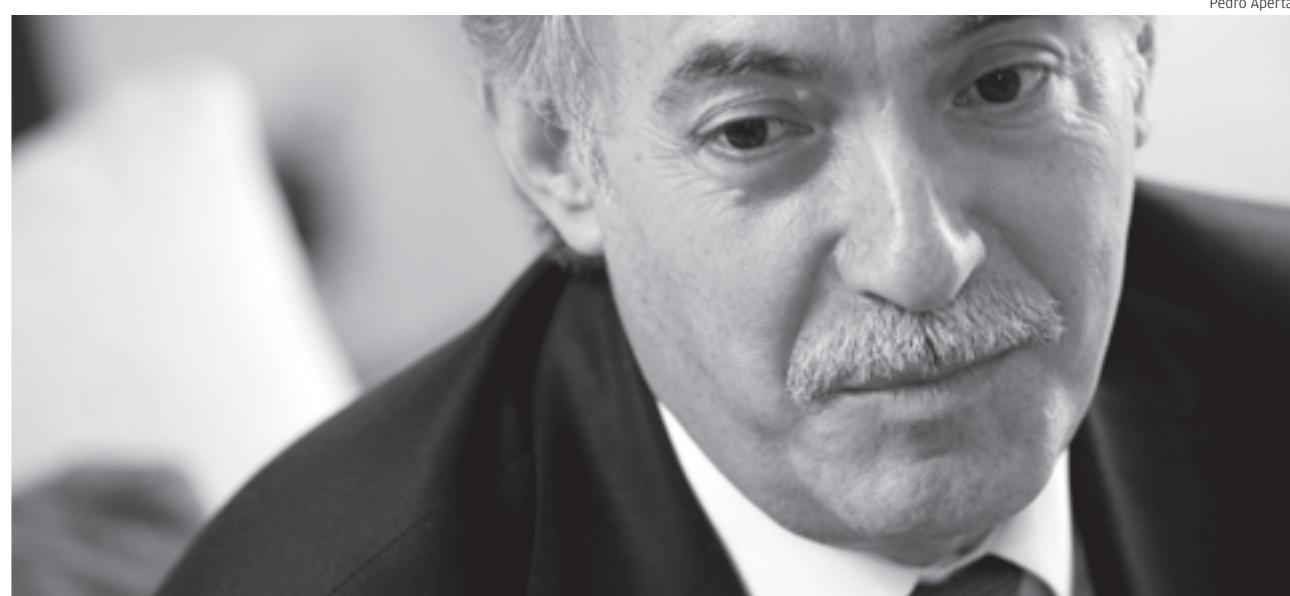
de posse como responsável nacional pelo Proder. O responsável salientou ainda “a mudança” que o sector está actualmente a viver.

“O total de jovens agricultores que apresentaram candidatura na segunda fase do Proder já se aproxima do total nacional no último quadro”, apontou, referindo-se “às mil candidaturas apresentadas”, sublinhando a “qualidade das mesmas”. “Este rejuvenescimento do sector vem acompanhado de uma

maior inovação”, aponta ao **Negócios**, alteração que explica com a chegada de “dezenas de jovens bem formados à agricultura”.

Jaime Silva, ministro da Agricultura, por seu turno, salienta que “é positiva a evolução da formação no sector e a mudança de pensamento”, especialmente à conta do período de maior liberalização que se avizinha no horizonte. Para tal, sublinha, “em muito contribuiu o investimento em formação profissional” ao nível dos centros regionais de agricultura por todo o País.

Em relação à alteração na direcção do Proder, o ministro apontou que tal se ficou a dever à necessidade de “reforçar a equipa portuguesa” presente em Bruxelas – para onde foi Rita Horta, a anterior responsável do Proder – e porque se tornou necessário promover um “maior entrosamento entre as direcções regionais”, daí a escolha ter recaído sobre o ex-director da direcção regional do Norte.



Pedro Aperta

Ministro devolve críticas e pede “pudor” e “ética” a quem ataca

Na última semana, Ferreira Leite, Sevinante Pinto, Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e federações do leite atacaram Jaime Silva e o acordo obtido a nível europeu na Política Agrícola Comum (PAC). Na sexta-feira, o ministro respondeu a todos em conversa com o **Negócios**.

Jaime Silva começou pela CAP e as críticas que os agricultores fizeram ao voto favorável de Portugal a um documento que, dizem, “acentua a injustiça” na distribuição de fundos comunitários. “Devíamos ter votado contra?”, questiona, explicando: “os agricultores são tratados de forma desigual por causa do ‘histórico’ e das ajudas por tonelada que herdámos de outro Governo, a que a CAP não exigiu nada”.

Sobre o voto, o ministro refere que, como não é “adepto de vitórias morais” e como o documento “é positivo”, votou a favor, tendo optado por

garantir “que se assumisse o compromisso de ‘atacar’ as desigualdades no que cada Estado recebe”, o que foi introduzido na declaração final.

“Deviam ter pudor!”

Sobre o “ataque” da Confederação ao aumento da modulação – percentagem tirada a cada ajuda – para quem recebe mais de 300 mil euros, que passou a 14%, Jaime Silva fala de ética e pudor: “Qual é a política social que justifica dar dinheiro sem pedir contrapartidas?” refere, lembrando que



“Temos que dar €300 mil/ano a quem não tem que produzir e é injusto tirar mais 14%? Tenham pudor!”

Jaime Silva
Ministro da Agricultura

desde 2003 que as ajudas não obrigam a produzir. “Deviam ter pudor! Dou um milhão de euros que não obrigam a Companhia das Lezírias (CL) a produzir. Quem pode criticar que tire mais? É uma questão de ética. E quem diz a CL, diz quem recebe 300 mil. São 25 mil por mês e não têm que produzir”, atira. Ainda sobre a reforma de 2003, Jaime Silva aproveita para esclarecer Sevinante Pinto, ministro do PSD na altura: “Disse que o fim de quotas no leite foi decidido em 1999, altura em que eu era assessor do Governo, mas não era. Era Frazão Gomes, que ele depois nomeou secretário de Estado”.

A receita para salvar o leite

O ministro aproveitou ainda para defender as negociações com impacto no sector do leite. “Em 2003 confirmou-se a liberalização do leite para 2015 sem se obter ajudas”,

disse, acrescentando: “Nós, face à inevitabilidade do fim das quotas, garantimos uma compensação [58 milhões por ano], algo que deveria ter sido feito em 2003”. Na altura, aponta, “deviam ter contestado e não votar contra, isso não resolve nada, deveriam ter ganho a compensação que garantimos agora”. Sobre os montantes libertos pela PAC para reestruturação do sector – “que terá que passar pela maior dimensão dos produtores” –, o ministro sublinha que “não são a fundo perdido, mas para incentivar a competitividade”. E as oportunidades estão aí, garante: “A Venezuela queria comprar 3 mil toneladas de leite em pó vitamulado em Portugal e nós não tínhamos”, afirmou, contestando as críticas sobre o facto do leite não ser estratégico: “o sector é estratégico a nível regional” e que é assim tratado pelas “direcções regionais”. **FPC**

“O Guia de Vinhos PROTESTE une, de forma equilibrada, a teoria e a prática, fornecendo informações claras e precisas sobre o mundo do vinho. Descubra entre os vinhos nacionais mais vendidos, aqueles que se distinguem pela sua boa relação entre qualidade e preço. Depois, é só escolher!”

Guia de Vinhos 2009

300 vinhos 2300 análises 6000 preços

450 páginas
Inclui dossier especial
VINHOS TINTOS DA BAIRRADA

O Guia de Vinhos PROTESTE une, de forma equilibrada, a teoria e a prática, fornecendo informações claras e precisas sobre o mundo do vinho. Descubra entre os vinhos nacionais mais vendidos, aqueles que se distinguem pela sua boa relação entre qualidade e preço. Depois, é só escolher!

Boas compras e melhores provas!

DECO PROTESTE

JÁ À VENDA NAS LIVRARIAS